

RITA SANTOS FOI A LISBOA PEDIR A ACTUALIZAÇÃO DAS PENSÕES, MAS MECANISMO É AUTOMÁTICO



Rita Santos, conselheira das comunidades portuguesas e presidente da assembleia-geral da Associação dos Trabalhadores da Função Pública de Macau

(ATFPM), foi recentemente a Lisboa e aproveitou para pedir ao Governo português o aumento das pensões. No entanto, como alertou a Associação dos Aposentados, Reformados e Pensionistas de Macau (APOMAC), o mecanismo de actualização das pensões em Portugal é automático, “não estando dependente, por conseguinte, da boa vontade ou do capricho de quem esteja a governar em Portugal”.

Rita Santos esteve na semana passada em Portugal. Entre várias reuniões, a conselheira das comunidades portuguesas e presidente da assembleia-geral da Associação dos Trabalhadores da Função Pública de Macau (ATFPM) encontrou-se com Emídio de Sousa, secretário de Estado das Comunidades Portuguesas do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a quem pediu a actualização das pensões para o próximo ano, tendo também agradecido às autoridades portuguesas pelo aumento das pensões este ano.

Segundo um comunicado de imprensa enviado às redacções por Pereira Coutinho, presidente da direcção da ATFPM, Rita Santos endereçou um abaixo-assinado de 807 pensionistas ao primeiro-ministro português Luís Montenegro. “Estes cidadãos expressam o seu sincero agradecimento a Sua Excelência e solicitam, com todo o respeito, a actualização das respectivas pensões para 2027”, lia-se na nota de imprensa da ATFPM, que salientava que a medida seria “essencial para fazer face ao aumento generalizado do custo de vida e dos bens essenciais, uma situação agravada pela conjuntura internacional, designadamente a crise no Médio Oriente”.

Contudo, o mecanismo de actualização das pensões da Caixa Geral de Aposentações é, por lei, automático através da indexação dos apoios sociais. A lei portuguesa estipula que as pensões sejam actualizadas automaticamente tendo em conta o crescimento do PIB e a inflação, por exemplo.

A Associação dos Aposentados, Reformados e Pensionistas de Macau (APOMAC) alertou para isso mesmo. Num comunicado assinado por Jorge Fão, presidente da assembleia-geral da associação, lê-se que “a actualização é, hoje, automática, não estando dependente, por conseguinte, da boa vontade ou do capricho de quem esteja a governar em Portugal, tratando-se apenas do dever de cumprir a lei”.

A APOMAC diz que a informação veiculada pela ATFPM carece de fundamentos, “o que não aconteceu no caso em apreço”. “Merece, por isso, o presente esclarecimento, para que os incautos e, mais ainda, os iliteratos, não sejam seduzidos pela vertigem de quem pretende disseminar informações para fins inconfessáveis”. “Será que a doçura oriental ainda vai trazer alguma amargura?”, deixa no ar o comunicado da associação.

Fonte: ponto final